



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS
HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL - EEDH

**O DIREITO AO ENSINO DA DIVERSIDADE ÉTNICA RACIAL: O
PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA**

LORRAINE ARAÚJO CARVALHO

BRASÍLIA

2015



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

LORRAINE ARAÚJO CARVALHO

**O DIREITO AO ENSINO DA DIVERSIDADE ÉTNICA RACIAL: O
PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural, da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Eloísa Pereira Barroso.

BRASÍLIA

2015

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1	
CUMPRIMENTO OFICIAL DA LDB, LEI 10.639/03 E PNE.....	9
CAPÍTULO 2	
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA ESCOLA	16
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA E FORMAS DE COMBATER AS PRÁTICAS RACISTAS E DISCRIMINATÓRIAS NO ESPAÇO ESCOLAR	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXOS	38

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

O ponto de partida a que me proponho a estudar é A Diversidade Étnica Racial no Ensino Médio em escola pública tendo como fundamento a Lei nº 10.639/03, que sofreu alterações com a Lei nº 9.394/96, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a temática da “História e Cultura Afro-Brasileira”, conforme afirma o historiador Alberto Costa e Silva (2007), “Apesar de maltratados e humilhados pela escravidão” os africanos construíam a nação brasileira e sua história deve ser contada e refletida. Nesse sentido, a lei garante o direito de conhecer sua história.

A análise a ser feita aqui versa sobre as Relações Étnicas Raciais no Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana bem como sua eficácia no combate a ações preconceituosas e discriminatórias. Com a publicação da lei que obriga o ensino da cultura africana pode se perceber a importância de estudarmos e refletirmos sobre a África, pois conhecer sobre as raízes históricas desse povo pode nos levar ao conhecimento e aceitação da nossa diversidade Étnica Racial e por consequência discutir e refletir sobre o preconceito e discriminação racial no que se refere à população negra no espaço escolar.

Ao se trabalhar a importância da Diversidade Étnica Racial na escola pública, mais especificamente no ensino médio crê-se na possibilidade de abordarmos nossas origens através de uma nova perspectiva, a do afro-brasileiro, afro descendente, dos quilombolas, etc., assim buscando uma mudança de mentalidade, cumprindo com plena eficácia do Art. 5º da Carta Magna “*Todos são iguais perante a lei*”.

A partir da temática aqui proposta no que se referem às Relações Étnicas Raciais no espaço escolar, mais especificamente no Ensino Médio é necessário uma breve revisão das Leis de Diretrizes e Bases, bem como da própria lei nº 9.394/96 para entendermos como é tratada a questão étnica racial no âmbito da lei que rege o processo educacional para verificar se conforme Nascimento, 1978:

“O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas (...)”. (NASCIMENTO, 1978: 95. apud. SANTOS, 1997, p. 23).

Diante o exposto o estudo em tela tem como objetivo analisar se a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira garantida nos termos da lei nº 9.394/96 permitem à comunidade escolar refletir sobre o preconceito e a discriminação racial da população negra na sociedade brasileira. Para tanto as seguintes questões de pesquisa se interpõem a este estudo, quais sejam:

- Quais as práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula para a efetivação do ensino de Cultura Afro brasileira, Africana no espaço escolar?
- O ensino da Cultura Afro brasileira no espaço escolar ajuda ao combate do racismo, do preconceito e da discriminação no espaço social?

Entende-se que a pesquisa em Diversidade Étnica Racial pode lidar com problemas na educação de natureza sócio racial. Assim procuraremos discutir a questão da educação a partir de fontes pautadas na legislação bem como em autores que discutem a Educação para as relações Étnico-raciais.

Portanto este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa onde foram realizados entrevistas e os alunos responderam a questionários que os estimularam a pensar em ações para um ensino reflexivo da cultura afro-brasileira, contribuindo para combater ações discriminatórias e preconceituosas em sua sala de aula.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois é ampla e parte de uma perspectiva diferenciada da adoção de métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo de acordo com Neves (1996).

A pesquisa qualitativa assume diferentes roupagens no campo social, compreendendo em um corte temporal de determinado fenômeno por parte do pesquisador o significado que as pessoas dão aos fatos que ocorrem em suas vidas.

Foi entrevistada uma mostra de 30 alunos do ensino médio do Colégio Liceu de Goiânia, de ambos os sexos (masculino e feminino), na faixa etária entre 14 aos 18 anos, a maioria pertencente à classe C, os pais com nível de instrução ensino fundamental incompleto, foi aplicado um questionário, com 5 questões objetivas, presente no anexo 1.

Relacionaremos ao estudo fontes como: as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), Freire (1996) e Schwarcz (1993), levantando importantes questões da Educação relações Étnico-raciais dos autores Cardoso (2007) e Inocêncio (1999).

Diante do exposto, esta pesquisa se divide em três capítulos.

No primeiro capítulo, aborda-se a Lei de Diretrizes e Bases e suas alterações no que se refere à história, a cultura afro-brasileira e africana que implicam diretamente na análise da temática. Há que se analisar ainda a lei nº 9.394/96 e suas repercussões nos currículos escolares. Vislumbra-se a partir dos aspectos conceituais, ser a cultura ligada diretamente Diversidade Étnica Racial, o que, dessa forma, faz incorporar seu conceito a este fenômeno com vistas à formação cultural.

O segundo capítulo procurará abordar as práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula para a efetivação do ensino de Cultura Afro brasileira no espaço escolar com o intuito de refletir se o ensino da Cultura Afro brasileira no espaço escolar ajuda a combater o racismo – o preconceito e discriminação no espaço social. Além disso será feita uma descrição minuciosa do projeto interventivo no que se refere a sua realização a luz da Educação em Direitos Humanos.

Por fim, no terceiro capítulo, serão analisados os dados colhidos com o projeto interventivo a partir do aporte teórico metodológico explicitado no capítulo anterior com vistas a discutir se a instituição da obrigatoriedade do ensino de Cultura Afro brasileira, Africana no espaço escolar pode contribuir para o combate a práticas racistas e discriminatórias da população negra.

As conclusões, por conseguinte, sintetizarão a análise realizada junto aos alunos e seus resultados.

Capítulo 01

CUMPRIMENTO OFICIAL DA LDB, LEI 10.639/03 E PNE

Refletir o currículo escolar e incentivar ações pedagógicas que venham ao encontro das lutas travadas pelos negros, por um direito de participação em todos os segmentos da sociedade é um dever, instituído por lei. Assim a sociedade deve estar aberta para acolher esse segmento social que outrora foi muito ofendido, agora, busca corrigir os desconfortos do crime iniciado com o processo de escravidão, a população afrodescendente

Para atender estas prerrogativas no dia 9 de janeiro de 2003 foi sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva e pelo ministro Cristovam Buarque a Lei nº 10.639, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino fundamental e médio, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro brasileira”. Foi um dos primeiros atos do presidente sancionar um projeto de lei de autoria dos deputados federais Ester Grossi (professora do Rio Grande do Sul) e de Ben-Hur Ferreira (membro do movimento negro de Mato Grosso) os dois do Partido dos Trabalhadores. A lei que modifica o artigo 26 da LDB (Dias, 2005). Segue o que diz a Lei:

Art. 1º A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. 563

§ 3º (VETADO)

Art. 79-A (VETADO)

Art. 79-B O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra.

Essa legislação veio ao encontro dos anseios do movimento negro tornando obrigatório o ensino dessa temática, para ressignificar a história do negro no Brasil, como estratégia para mudança do auto conceito e crítica ao eurocentrismo. Cabe aos estabelecimentos de ensino criar mecanismos para que ela seja cumprida. Modificando o artigo 26 da LDB, a lei, em sua versão já alterada em 2008, estabelece concretamente que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

O Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno unificou um parecer CNE/CP 03/2004, informando a seguinte resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do CNE, 0020, que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnica Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana”. Essa indicação se deve principalmente ao fato de que o aluno negro precisa aprender sobre suas origens, sedimentar este conhecimento é formar sua identidade. A escola tem papel formador educacional e social na trajetória dos alunos, seres ainda inconclusos, que no espaço institucional esperam por respeito e igualdade, vivem com o sonho de um país justo.

Diante disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) visa à superação das desigualdades educacionais, dando ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de preconceito e discriminação, ressaltando o artigo:

Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados por diversas instâncias governamentais.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

Dessa forma, os negros foram deixados a própria sorte, de acordo com Fernandes, (1978), afinal nossos currículos são eurocêntricos, desqualificavam e inferiorizavam racialmente os negros, leis e governos que regem nosso país vivem em um constante jogo supracitado de responsabilidade, os mesmos limitam quem tenta lutar por seus direitos. Parece impossível que essa luta não tenha vitórias, mas é necessário ampliarmos nossas consciências pela possibilidade de uma sociedade mais humana e igualitária.

“Nossos currículos, no entanto, são eurocêntricos e a presença negra restrita a algumas lamúrias nas poucas páginas dedicadas à escravatura. O sistema de ensino brasileiro, historicamente, pregou, e ainda prega, uma educação formal de embranquecimento cultural em sentido amplo.”

(MUNANGA, 1996; NASCIMENTO, 1978; SILVA, 1996 e 1988 apud SANTOS, 1997, p.22).

Combater o racismo em suas diversas dimensões educando no sentido de construir relações étnico-raciais de respeito e convivência fraterna dependerá da forma como a escola e seus professores aplicarão e irão agir diante da Lei 10.639/03, afinal a lei os obriga a ensinar sobre a “História e Cultura Afro-Brasileira”, mas o equívoco aqui é acreditar que não existem currículos eurocêntricos.

É importante dizer que as escolas possuem papel importante na construção da sociedade, pois cabe a elas formar cidadãos, nesse sentido não podem ficar estagnadas. Ao longo da história da educação brasileira podemos perceber atributos de inferiorização e estigmas que enunciam momentos nos quais a escola não consegue lidar com o racismo, pois sozinha não é capaz de combater o preconceito e a discriminação, mas ao mesmo tempo, precisamos compreender o espaço privilegiado para valorização da história da África e dos afro descendentes brasileiros.

Diante do exposto é preciso trabalhar com conteúdos antirracistas, conforme propõe a lei 10.639/03, tornando-se um ambiente que proporcione um diálogo construtivo para seus alunos, sem privilegiar ninguém, afinal o racismo esta presente no cotidiano de todos e exige uma forte atuação de gestores e professores em seu combate.

O professor deve orientar os alunos conduzindo os mesmos a desenvolver capacidade crítico reflexivo dentro do contexto, assim, reconhecendo o papel do negro na História do país. O ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira” faz parte de algumas disciplinas e se ensinado nas escolas com compromisso e responsabilidade, poderá contribuir na valorização dos negros e no fortalecimento do conhecimento dos alunos, para silenciar o preconceito e a discriminação racial que se faz presente no seio das escolas de todo o nosso país.

“Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsável de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.”

(MUNANGA, 2005. P. 15).

É possível constatar problemas de diversas ordens relacionadas a questões raciais: apelidos pejorativos para os alunos negros, xingamentos relacionados a traços físicos, Black face, etc.; tais fatos envolvem dificuldades referentes às ações e reações dos adolescentes frente a frente a esta problemática. A escola não tem conseguido lidar com esses estereótipos, princípios éticos e estéticos, silenciando tal violência, e não aplicando corretamente a lei 10.639/03.

Definimos as relações sociais entre brancos e negros por características físicas, no sentido biológico, como cabelo, nariz, etc., Antonio Guimarães apresenta raça, cor e etnia presentes em uma sociedade, como ele costuma chamar de carisma ou estigma, sigamos a sua análise:

““Raça” é uma forma de carisma ou estigma grupal baseada na crença de uma herança genética que define o valor moral, intelectual e psicológico de um indivíduo ou de um grupo. Tal tipo de carisma parece dominante a situação social dos negros americanos e sul-

africanos, ainda hoje em dia, sendo uma “categoria nativa” de uso amplo generalizado. (...)

“Cor” é um tipo de carisma baseado na aparência física de um indivíduo, e da a medida, em geral, da sua distância ou proximidade dos grupos raciais. Não se trata, apenas, de uma escala de valores estético, mas também uma escala de valores intelectual e moral. Nos Estados Unidos e na África do Sul, opera mais no plano individual que grupal. (...)

No Brasil, opera no plano individual e coletivo (o censo brasileiro coleta a cor das pessoas para formar “grupos de cor”) e é a forma dominante para demarcar fronteiras, tanto entre grupos, quanto no interior destes. O carisma de “raça”, no Brasil, raramente é evocado de modo direto pelos brancos, que preferem utilizar a cor ou etnia, sendo evocada, via de regra, pelos negros.

“Etnia” é um tipo de carisma ou estigma baseado na identidade cultural, regional ou nacional de grupos. Parece predominante na África do Sul, dada a herança do apartheid, que pretendeu encobrir suas motivações raciais estigmatizadas, tais como “baiano”, “paraíba”, ou “nordestino”, e carismática, como “sulistas”, ou “paulistas”. Nos Estados Unidos, as etnias são importantes, tanto no interior da população negra (os afro-americanos, por exemplo), como os não negros, (Asians e latinos). (...).”

(GUIMARÃES, 2005, p. 224-225)

Ao estudarmos e conhecermos a história do povo negro não vemos notoriedade a palavra igualdade, e é incontestável as mazelas que eles sofrem no decorrer da história. Os negros até hoje não tiveram seu devido reconhecimento, sendo então frequentemente acomodados a um preconceito de inferioridade, ao interpretar suas lutas e a discriminação racial.

(...) “a luta pela liberdade fora apenas o primeiro passo para obtenção da igualdade ou, se quiser, para a igualdade racial, pois o racismo orientava fortemente a sociedade brasileira no pós-abolição. Tornou-se necessário lutar pela “segunda abolição”.” (BASTIDE e FERNANDES, 1955, FERNANDES, 1978 apud SANTOS, 2005, p.21).

Percebemos que abordar a Lei de Diretrizes e Bases e suas alterações no que se refere a história é um debate sem fim, afinal estudar a História e Cultura afro-brasileira e africana a análise da temática, se observado mostrará atributos que inferioriza e estigmatiza, enunciando momentos nos quais a escola não consegue lidar com o racismo, além do mais, a Diversidade Étnica Racial, incorpora em seu conceito elementos determinantes no processo de valorização do negro enquanto sujeito histórico.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a presença da cultura negra “não têm sido suficiente para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidade e valoriza principalmente as raízes europeias”.

Portanto, continua eminente o silêncio quanto às questões raciais, escolas e professores não priorizam a aplicabilidade da lei 10.639/03, mas conforme cita Freire, “a educação é uma forma de intervenção no mundo”, e é através dela que podemos transformar nosso país.

Capítulo 02

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA

Nosso país tem imensos desafios no campo educacional, as escolas, possuem um papel relevante na construção de uma sociedade mais justa. Tem papel formativo na construção do senso crítico dos alunos, dando-lhes condições concretas para o exercício pleno da cidadania e respeito ao próximo.

Nesse sentido, as escolas não podem permanecer estagnadas, inertes aos apelos de dentro e de fora da comunidade escolar, considerando suas múltiplas dimensões.

Visando a implementação da Lei 10.639/03 a de considerar que para o pleno exercício da cidadania, os gestores, agentes escolares, terão que demonstrar total compromisso em atingir o objetivo da lei. Para tanto à que desenvolver práticas fundamentadas, tendo como base de apoio os livros didáticos, práticas pedagógicas curriculares, músicas sambas, hip hop, religiões afros, exemplos de negros que obtiveram sucesso, desenvolver trabalho sobre o 20 de novembro, etc., compreende-se, também que é importante estruturar os docentes para este tipo de trabalho em sala de aula e fundamentar discussões raciais no interior do espaço escolar. Segundo afirma Munanga, os professores:

(...) por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua

diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana.

Falar sobre as relações étnico raciais faz parte da construção deste país, a escola, sendo um lugar de conflito, mas também de negociação, tem um papel significativo nesse processo, pois, apesar de seus problemas e contradições, possui um potencial de transformar o seu entorno, rompendo com certos paradigmas e estereótipos, afinal vivemos em uma nação rica em miscigenação, onde boa parte da população é composta de negros e pardos.

A Lei 10.639/03 visa corrigir as atitudes preconceituosas existentes no meio escolar, é um tanto delicada a aplicabilidade da mesma, como disse Munanga, “a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados”.

É essencial que os alunos compreendam em profundidade sobre a cultura e história brasileira e africana, as relações globais, sem ter essa visão pejorativa e estereotipada, parem com o eurocentrismo, além disso, desfazer essa visão deturpada que o Brasil e a África são países de misérias.

"Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. Os valores desses grupos são, na maioria das vezes, ocultados ou apresentados de uma forma tal que não coloque em conflito os valores dominantes. Em consequência, as populações excluídas, podem vir a privilegiar os valores da história e cultura oficial como os únicos a serem considerados, renegando os seus próprios valores, se o processo pedagógico, o seu cotidiano e a sua cultura, não favorecer-lhes oportunidades de reflexão e reelaboração".

(SILVA, 2001, p. 16)

Os professores precisam mostrar aos alunos a beleza africana e brasileira, valorizar seu povo, sua cultura, conduzindo-os a conhecer seu próprio país, suas regiões (do qual não sabem

nem se quer os nomes dos estados, municípios, pontos turísticos, etc.), rompendo este paradigma de país em dificuldades, em misérias, atraso, calamidades, enfim, preconceitos pré estabelecidos devido ao conteúdo eurocêntrico e as relações de poder que são mostradas diariamente na mídia mundial. Ou seja, devemos construir outro olhar sobre a cultura afro-brasileira, o que implica em superar preconceitos que estão fixados ao imaginário, em outras palavras, uma sociedade que resgate as tradições e memórias de seu povo, em um ambiente escolar mais propenso ao respeito cultural à convivência étnica racial isso exige problematizar categorias como diversidade cultural, identidade, currículo e a questão racial, procurando conhecer mais sobre as múltiplas contribuições culturais dos negros, deixadas ao longo do tempo, como diz Munanga:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

A escola, todavia precisa oferecer aos seus alunos oportunidades para a construção de sua identidade, possibilitando posicionamento crítico e consciente, privilegiando a valorização das relações étnica raciais. Segundo Freire (2002, p. 41-43), “Ensinar exige reconhecimento e assunção da identidade cultural”. Isso quer dizer que, devemos ensinar a valorizar sua identidade, fazendo com que o mesmo sintá-se a vontade consigo, tendo orgulho de suas origens, do seu povo.

Durante muito tempo, a ideia de uma identidade cultural não foi devidamente problematizada nas escolas, sendo um campo ainda desconhecido para grande maioria de seus alunos. Sendo um conceito de trânsito intenso, a identidade cultural é um conjunto vivo de

relações sociais que podem compreender as relações entre indivíduos e grupos, que envolvem o compartilhamento de patrimônios comuns como: a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas, etc., patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelecem a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Com o desenvolvimento da sociedade, as identidades culturais trouxeram a muitos pesquisadores (teóricos) preocupações, e os mesmos apontaram o avanço das transformações tecnológicas, econômicas e políticas que poderiam oferecer a determinados grupos sociais.

A sociedade não é como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo ‘descentrada’ ou deslocada por forças fora de si mesma.

(HALL, 2003, p. 17).

Assim como Hall considera que a sociedade é constantemente descentrada por forças externas, é importante entender que nossa cultura não é algo fixo, ela esta em constante transformação, ela começa a ser moldada desde o nascimento, conforme as experiências vividas em sociedade até sua morte. Nossa identidade cultural está diretamente ligada com o que somos e como vemos o mundo. Stuart Hall (2003, p.44) afirma que: “paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”.

Os valores e as normas que estão ligados a uma cultura dentro de uma sociedade ou comunidade comum podem variar e até mesmo serem contraditórios: alguns grupos de indivíduos podem basear suas experiências de vida em sua religiosidade, enquanto outros se baseiam em uma visão puramente científica do mundo.

[...] a identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos

representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentirmos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente. (HALL, 2003, p. 12-13).

O professor precisa fazer o aluno compreender que construir sua identidade implica na presença do “outro”, buscar uma boa convivência, com que interajam em harmonia e assim, é indispensável para a construção do “eu” significando que os alunos reconheçam uns aos outros como iguais, semelhantes, percebam enquanto sujeito, assim, através de um olhar reconheçam no outro a si mesmo.

Não tem sido tarefa fácil para o professor que precisa estar atento ao educar ensinando valores e crenças, diante desta perspectiva, a escola pode reavaliar seu currículo, para evitar conflitos em sala de aula a qualquer tipo de racismo, afinal a questão étnica racial é um assunto delicado que a escola convive de maneira tensa e repleta de ideologias preconceituosas.

A Lei 10.639/03 foi construída depois de muitas reivindicações dos grupos negros e de militantes das questões raciais, essa lei deixa clara a obrigatoriedade do ensino de conteúdos sobre a matriz negra africana na constituição da nossa sociedade. É de fundamental importância fazer da lei uma prática constante na construção da identidade racial, colocando-a como instrumento de conscientização para todos os alunos, sem exceções.

No Brasil, o livro didático é controlado pelo Estado através da legislação criada em 1938, pelo decreto de nº 8.469, assim, os livros didáticos só podem ser adotados com a

autorização do Ministério da Educação. O material didático se apresenta como suporte das aulas, relacionando as questões étnicas raciais como forma de aprendizado, é necessária total atenção do professor quanto às imagens e aos textos, além de outras situações relevantes como: gestos, tom de voz emitido em um diálogo e atitudes que possam expor seus alunos em sala de aula.

Baseada na cultura eurocêntrica, a educação brasileira desenvolve uma política de discriminação do povo negro visto que não incluem em seus conteúdos programáticos estudos sobre essa cultura. Sobre isto, Silva (2005) destaca:

"De modo geral, ele omite ou apresenta de forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico – cultural de diversos segmentos sociais tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores entre outros." (SILVA, apud, MUNANGA 2005, p. 23)

E ainda enfatiza:

"Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas últimas décadas"

(Idem, p. 23)

Estudar a história da África com motivação é um atributo que não poderia faltar às escolas, pois é um espaço com uma clientela de crianças, jovens e adultos. A Lei 10.639/03 contribui para prática de construção da identidade racial é um instrumento da aprendizagem do aluno, apropriando-se dos benefícios e da importância da lei, e seus desdobramentos, que o professor, se preparado para tal, tem a oportunidade de realizar um trabalho de conscientização e identidade com seus alunos.

É importante salientar que a História da África e Cultura Afro brasileira é como um espelho para compreender melhor o Brasil, ambas culturas presentes em praticamente tudo

que constitui esta nação, se torna um importante passo para a educação das relações étnico raciais.

O espaço escolar poderá se tornar uma realidade demonstrativa e prática das relações curriculares pedagógicas enfatizando a Lei 10.639/03, pois o corpo docente conduzirá a formação de temas referentes à realidade dos afro descendentes. Tendo como ponto de partida o dia 20 de novembro que coincide com a morte de Zumbi dos Palmares o qual foi um grande guerreiro, então nada mais justo ser esse o motivo do 20 de novembro ter a força de um espírito de luta e de mudança da realidade que se encontra o Brasil.

A ressignificação da identidade cultural dos afro descendentes se inclui nos Direitos Humanos o qual se faz necessário reinventá-lo, tornando-o um sistema igualitário, que não exclua e reconheça o valor de cada pessoa, sem pensar em raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, ou qualquer outra condição, afinal todos somos seres humanos e devemos ser tratados como iguais.

Os direitos humanos são lutas sociais concretas da experiência de humanização. São, em síntese, o ensaio de positivação da liberdade conscientizada e conquistada no processo de criação das sociedades, na trajetória emancipatória do homem.

(SOUSA JR., 2000, p. 183)

Todos os alunos devem engajar-se no Projeto Político Pedagógico da escola, tendo voz ativa no currículo escolar de acordo com a Lei 10.639/03. Conscientizando para evitar os problemas de preconceito e discriminação (convívio social), a maioria dos alunos negros e afro descendentes foram calados, oprimidos e excluídos, tiveram seus direitos negados, merecem reconhecimento; e das leis que irão dar suporte a mudanças cognitivas relevantes ao seu mundo escolar e aplicabilidade no sistema social no qual ele está inserido.

A educação pode exercer um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e solidária, para tanto a aplicação da Lei 10.639/03 tornando-a uma via desafiadora, mas ao mesmo tempo elucidativa, pois por meio de projetos interventivos um grande salto poderá ser dado no sentido de conduzir melhor a sociedade, para tanto faz presente ações educativas como: palestras, curso de formação de professores, oficinas culturais, debates, somando as

atuações de professores negros que podem transmitir mais aprofundo a tradição negra, trabalhando a auto-estima dos adolescentes tanto negros quanto brancos. Segundo Freire (2005):

A qualidade da educação é a busca de uma educação séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora nem dos renegados, nem dos favorecidos. Isto, porém, não significa uma prática neutra, mas desveladora das verdades, desocultadora, iluminadora das tramas sociais e históricas (...). Educação e qualidade são sempre uma questão política.

(FREIRE, 2005, p. 42- 43)

O ambiente escolar sendo um local rico em diversidade, professores e grupo gestor devem estar preparados para problemas que vão emergir diante do preconceito e da discriminação racial. Nesse contexto, ressaltamos a valorização do Brasil como uma nação rica em miscigenação e vale lembrar que a escola pode reforçar temas como este dentro do conteúdo programático de cada disciplina, pois existe ainda no imaginário de muitas pessoas um preconceito que não as permite enxergar a beleza dessa mistura de povos. Para Schwarcz, (1995, p. 179):

Implicava em admitir a inexistência de futuro para uma nação como a nossa, já que o modelo evolucionista concluía que a mistura de raças heterogêneas levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade.

Grande parte da sociedade não entende o que é miscigenação e que também, dentro da escola constantemente, ocorrem casos de preconceito e discriminação racial, onde na maioria das vezes, os professores tentam camuflar a prática, respeite o seu colega, ele é igual a você!” Mas não é assim que eles irão resolver o problema de quem sofreu o bullying e muito menos

fazer com que o autor da atitude discriminatória mude e não venha fazer isso com mais ninguém. Munanga explica que (2008, p. 17):

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas (...). No entanto, cremos que a Educação é capaz de dar tanto aos jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados (...) não temos dúvidas que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

O Projeto Interventivo foi implantado no Colégio Estadual Liceu de Goiânia, abrangendo todos os alunos do Ensino Médio Integral Contínuo, salvo que para preencher o questionário, foram escolhidos aleatoriamente alguns alunos de cada sala, tanto do 1º ano do ensino médio, quanto do 2º e do 3º ano, pela coordenação do colégio para o preenchimento do mesmo (questionário).

Realizamos uma roda de conversa com os alunos, propondo a eles uma troca de experiências referente às Relações Étnico Raciais e o entendimento que cada um tem sobre a temática. Propomos a eles que considerassem quais ações julgavam ser importantes para desenvolvimento da Cultura Afro brasileira e Africana por seus professores e depois de trabalhado em sala de aula poderia influenciar sua vida em comunidade, priorizando sempre a reflexão sobre as consequências do preconceito e discriminação racial.

Considera o trabalho com o projeto uma atividade intencional, por meio da qual a pessoa identifica um problema, toma atitudes frente a ele e procura resolvê-lo.

(CORTESÃO, 1993, p. 89).

Ao realizarmos o Projeto Interventivo reorganizamos o tempo/ espaço da escola, com vista no pleno desenvolvimento dos alunos, propondo a todos os professores que definissem os fundamentos teóricos metodológicos norteadores de sua prática docente, estimulando a ação reflexão da prática pedagógica, para que todos envolvessem no projeto a fim de valorizar as Relações Étnico Raciais.

Acreditamos que refletir sobre o processo de ensino aprendizagem das Relações Étnico Raciais e de como minimizar o preconceito e a discriminação racial, permite ao adolescente que vivencie as experiências prazerosas da aprendizagem da Cultura Afro brasileira e Africana, ressignificando as atividades escolares sobre a temática, interagindo solidariamente com seus colegas e professores, por conseguinte, com sua comunidade.

O aluno deve sentir-se apoiado e estimulado a questionar, pesquisar, tomar iniciativa, enfim, ser ativo no processo de aprendizagem sobre o preconceito e a discriminação racial, acabando com sentimento de inferioridade e desigualdade. A meta que procuramos atingir foi de ações diferenciadas, de acordo com a realidade de cada turma, visto que a atividade abrangeu alunos do Ensino Médio de todo o Colégio Estadual Liceu de Goiânia.

O foco do Projeto Interventivo permitiu uma aprendizagem significativa, contextualizada e prazerosa, tendo objetivos específicos a cada grupo de alunos. As características principais do Projeto Interventivo foram:

- Contextualização,
- Atendimento as necessidade dos alunos,
- Flexibilidade de estratégias,
- Atividades lúdicas,
- Participação coletiva da escola.

Portanto, ao final da realização do Projeto Interventivo, foram o registro dos resultados obtidos pela pesquisa, tendo em vista que o grupo diretivo do Colégio Estadual Liceu de Goiânia ter colocado determinados limites. As demandas que puderam ser efetuadas dentro do

Projeto Interventivo constam de discussões nas escolas cujo espaço é privilegiado por ter o poder de formar opiniões e influenciar toda comunidade e deixar calados grupos que inferiorizam o discurso étnico racial.

Capítulo 3

AS PRÁTICAS RACISTAS E DISCRIMINATÓRIAS NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO

No Brasil, o racismo é uma temática a ser discutida constantemente no âmbito educacional, visto que se trata de uma prática preconceituosa e discriminatória, camuflada no imaginário de diversas pessoas deste país.

O negro continua lutando pela sua igualdade vale ressaltar sua primeira vitória, a partir da criação da Lei 10.639/03, onde o negro não deve ser visto somente como referencia histórica da escravidão, ou seja, demonstrar para o aluno que o negro, o afro descendente, tem uma riquíssima cultura, uma História a ser estudada, e foram construtores da riqueza desse país.

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Liceu de Goiânia, cujo objetivo era possibilitar uma reflexão ampla sobre o conceito das Relações Étnica Raciais e minimizar as práticas de bullying em sala de aula, para a desconstrução do racismo, preconceito e discriminação racial. A escola é de grande porte, pertence à Secretaria de Educação (SEDUC), no setor central, Rua 21 s/n, CEP: 74030-070, em Goiânia no Estado do Goiás. A escola foi fundada no dia 28 de Junho de 1846, possui ensino integral contínuo (Ensino Médio). As dependências administrativas e de apoio pedagógico estão assim distribuídas: sala de direção, secretaria, cozinha, refeitório, área coberta e área livre. O estado de conservação das referidas dependências é razoável.

Os métodos desta pesquisa foi realizado por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, no qual se obteve uma abordagem qualitativa, com ênfase Relações Étnica Raciais, a partir de um questionário observou-se informações acerca da temática pesquisada. Assim, abrangeu-se o estudo no intuito de desvendar a percepção do aluno quanto ao ensino aprendizagem da temática do preconceito e discriminação racial.

Já no Projeto Interventivo, o processo de aprendizagem sobre as Relações Étnicas Raciais, contribui para o debate sobre o combate ao bullying. A pesquisa realizada no Colégio Estadual Liceu de Goiânia trouxe grandes desafios, começando pelo fato que a coordenação do colégio não permitiu o contato da pesquisadora com os alunos, tendo que ser especificado

os instrumentos que seriam utilizados durante o processo avaliativo para aferir a pesquisa. Os instrumentos foram elaborados a fim de atender as especificidades do projeto.

Desenvolvemos uma metodologia interpretativa das narrativas dos sujeitos para a realização da pesquisa, qualitativa. Utilizou-se questionários com questões abertas com os alunos, sendo realizada no contexto de uma escola pública de Goiânia- GO. Foi possível estabelecer relações entre o sentido das vivências de preconceito e discriminação e os instrumentos de práticas das Relações Étnicas Raciais. Os resultados sugerem que todos os sujeitos são marcados por formas de preconceito e discriminação racial, porém o reconhecimento se dá apenas de forma indireta na narrativa em função de práticas veladas. O Projeto Interventivo realizado com os alunos do Colégio Estadual Liceu de Goiânia, canalizam e reforça a necessidade de uma mudança no sistema educacional.

Neste processo, mesmo com regras impostas pelo colégio pode-se perceber que quando o aluno nota em seu cotidiano, assuntos que tem caráter preconceituoso ou discriminatório, ele não sabe como agir, que atitude tomar, a quem recorrer, pois em alguns casos foram omitidos o preconceito sofrido. Conforme comentam alguns alunos:

“Sim, afinal é algo que ocorre sempre em nosso cotidiano, mas não dou interesse no que dizem ou pensam então relevo comentários.” (Aluno 1)

“Sim, na escola. Fiquei chateado, mas não liguei muito, sou melhor do que isso.” (Aluno 2)

“Sim. Ocorreu na escola. Não fiz nada.” (Aluno 3)

É necessário mais empenho por parte dos professores e do grupo gestor deixar um tempo de bate papo com os alunos e promover o quebra gelo, a partir daí vem às ações pedagógicas a serem desenvolvidos durante a realização do Projeto Interventivo (isto é, as atividades propostas especificamente para os alunos do ensino médio). Observar que as ações

e procedimentos são relacionados com os objetivos específicos que serão sugeridos após a análise do questionário.

É importante enfatizar que o Projeto Interventivo contempla ações que podem ser desenvolvidos com cada estudante, sem esquecer a escola como um todo, um bom exemplo do projeto é a valorização da ancestralidade africana podendo ser estudado na escola como mini projetos desenvolvidos em curtos períodos. A partir disso, a escola tem com o projeto a responsabilidade de ensinar aos alunos aquilo que eles ainda não aprenderam, ou seja, conscientização étnico racial. Conforme comenta Veiga (2006, p. 74):

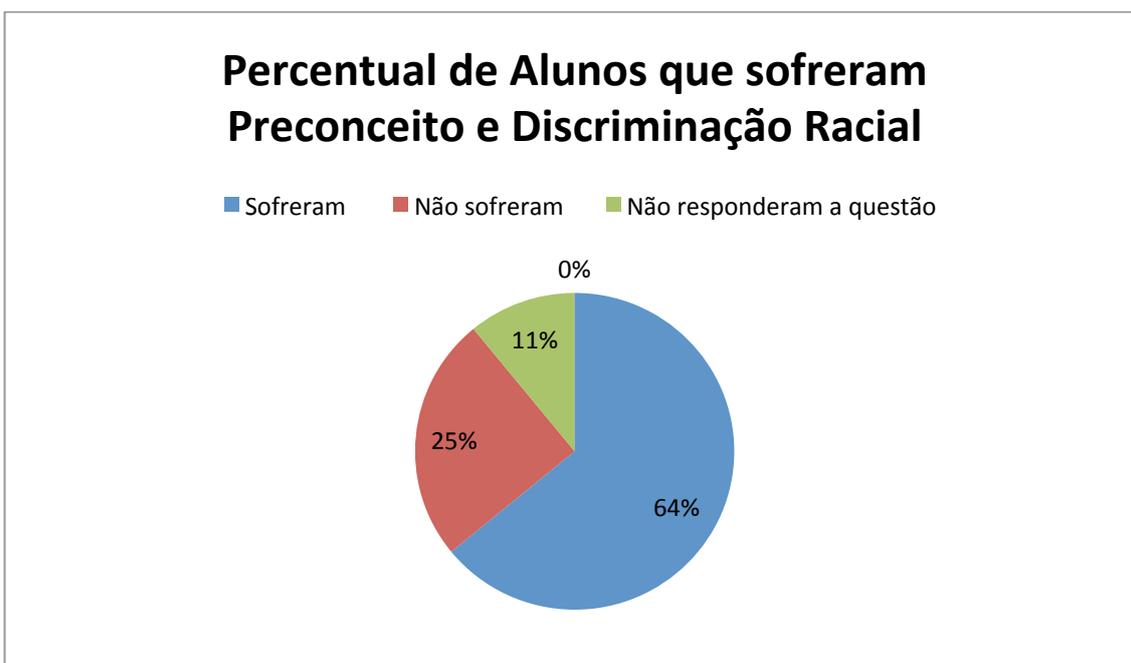
Acrescenta que o trabalho com projeto sempre envolve a resolução de problemas, possibilitando a análise, a interpretação e a crítica por parte dos que nele atuam.

Com análise do Projeto Interventivo concluímos que os alunos repensaram suas atitudes preconceituosas e de caráter discriminatório em relação aos seus colegas, contextualizando a temática sobre as Relações Étnico Raciais. A aprendizagem sobre a contribuição do povo negro para a história do país a qual foi significativa, os mesmos compreenderam a importância de levar tal aprendizado para comunidade onde vivem, transmitindo a valorização da Cultura Afro brasileira e Africana.

Analisando os resultados do questionário, pode-se constatar que no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, por vezes, acabam sendo vítimas de outros grupos étnicos raciais diferentes dos seus e que se acham superiores, a ponto de cometer bullying, como afirma Guimarães (1999, p. 67), numa obra importante em que analisa o racismo e o anti-racismo no Brasil:

“Trata-se de um racismo sem intenção, às vezes de brincadeira, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos”.

Com a pesquisa comprovamos que 52% dos alunos, os quais responderam o questionário são do sexo feminino, idade entre 14 a 18 anos, já no sexo masculino o percentual foi de 24%, a faixa etária variou dos 16 a 18 anos, 18% dos alunos não responderam todas as questões. Abaixo segue o gráfico com o percentual de alunos que sofreram preconceito e discriminação racial no Colégio Estadual Liceu de Goiânia:



Devido à relevância do tema, das possíveis formas de tentar reduzir o racismo na escola, um bom planejamento por parte dos professores poderá minimizar as consequências que esse mal tem propiciado. Comprovamos a partir da análise dos resultados do questionário, do ponto de vista dos alunos os quais já sofreram preconceito e discriminação racial, os professores são a principal fonte de conscientização dos valores étnico raciais e encontram-se engajados na cultura europeia os quais tendo uma visam deturpada da África. Conforme cita uma aluna:

“Em história os professores expõe o assunto ao que diz respeito as origens, etnias e religiões, mas não abordam o tema preconceito quase nunca.” (Aluno 4)

Ao sofrer preconceito e discriminação em sala de aula, os alunos esperam um amparo melhor do grupo gestor, alguns sugerem medidas de punição mais severas como: advertência, suspensão ou expulsão, outros apenas acham que cabe uma conversa com os pais, o professor ou coordenador. Conforme cita um dos alunos:

“Uma postura educacional e incentivadora. É desnecessário uma discussão sobre o assunto porque são questões inadmissíveis.” (Aluno 5)

Quando perguntamos aos alunos como era trabalhada a questão racial e a identidade negra na sala de aula, apuramos os seguintes fatos:

- “Não é trabalhada, na verdade, às vezes ocorre algumas palestras.” (Aluno 6)
- “De forma parcial, não há uma dedicação maior ou atividades esclarecedoras.” (Aluno 7)
- “Às vezes, porque não são todos os professores que realmente trabalha isso.” (Aluno 8)
- “Há debates, aulas diversificadas e outras coisas, justamente para ser bem trabalhadas com os alunos para termos ótimas informações e menos preconceito.” (Aluno 9)

No Colégio Estadual Liceu de Goiânia observamos a partir dos resultados da pesquisa, casos de racismo, preconceitos e discriminação, muitos alunos omitiram o ocorrido por falta de informação e apoio profissional por parte dos professores, os quais na maioria das vezes não consegue minimizar o problema por falta de experiência e qualificação, até mesmo, por incapacidade em lidar com a diversidade, sentem-se perdidos, sem saber como reagir em momentos que exigem sua intervenção para que o problema não se torne uma agressão mais séria. Conforme cita alguns alunos:

“Sim! Na escola, fiquei sem reação.” (Aluno 10)

“Sim, ocorreu no ônibus uma senhora me pediu “licença” da seguinte maneira: Me deixa passar negrinha. Fiquei constrangida e revoltada. Todos merecemos respeito.” (Aluno 11)

Visto que nem todos os professores tem à oportunidade e “tempo” para a realização de cursos de qualificação nesta área, é preciso criar momentos pedagógicos privilegiados para discutir as Relações Étnica Raciais, ressaltando a diversidade. O objetivo das aulas tem que ser a conscientização dos alunos. De acordo com Rocha (2008, p. 58):

Considerando a Escola como o espaço na qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas. Ela reúne instrumentos pedagógicos que viabilizam esse propósito a partir da reflexão dos profissionais que a compõem. Docentes e técnicos podem “pôr abaixo” grande parte dos entraves interpostos às populações afro-descendentes que as impedem de viver plenamente a cidadania. A apresentação positiva da História e da cultura dessas populações e uma das estratégias a serem colocadas em prática de modo efetivo e consecutivo.

As práticas de racismo no Colégio Estadual Liceu de Goiânia precisam ser minimizadas, para isso, é necessário capacitar os professores no intuito que possam implementar propostas pedagógicas capazes de propiciar aos alunos o entendimento e compreensão referentes as relações étnico raciais, assim, desfazendo os equívocos que deturparam as culturas de origem africana nas áreas onde se desenvolveram relações de trabalho escravo, praticando e sistematizando estudos sobre as relações étnico raciais, fazendo prevalecer uma concepção de educação social. Conforme exemplifica uma aluna:

“Sim, pois o que eu passo para os outros é o meu conhecimento obtido, e se sou bem informada, estou doando boas informações.” (Aluno 12)

Nesta perspectiva, deve-se buscar práticas educativas que eliminem tais paradigmas, possibilitando que os alunos tenham uma educação de qualidade, como um ato de liberdade engendrado a democracia e igualdade. Conforme comenta um dos alunos:

“Eu adoraria ver mais palestras sobre esse assunto, assim seria trabalhado em grupo uma conscientização sobre sermos todos iguais.”
(Aluno 13)

Ao observarmos as falas dos alunos é possível notar a necessidade do Colégio Estadual Liceu de Goiânia adotar práticas de planejamento político pedagógico, ações pontuais de conscientização sobre o racismo. Essa postura, se adotada, pode contribuir para que os alunos reduzam os conceitos de superioridade branca. Enfim, é imprescindível que o sistema de ensino assegure políticas educacionais voltadas para o combate do preconceito e da discriminação racial, valorizando a diversidade étnico-racial e contemplem no currículo escolar, aplicando a Lei 10.639/03.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou resultados que promoveram um repensar das concepções práticas pedagógicas, as quais apresentavam conteúdos fragmentados sobre as lutas do povo negro na história da construção do país.

Na primeira versão deste projeto para esta pesquisa, a ideia era falar sobre como a educação brasileira tem educado em um sistema o qual remete os alunos as desigualdades sociais e raciais, visto que o ensino persiste no eurocentrismo, mas em julho de 2015, objetivo passou ser a buscar pela compreensão sobre O Direito ao Ensino da Diversidade Étnica Racial: o Preconceito e Discriminação na Escola Pública, quais práticas poderiam ser implantadas no Colégio Estadual Liceu de Goiânia para que o mesmo passasse a trabalhar a Cultura Afro brasileira e Africana, reconhecendo o valor da mesma.

Em relação à aplicabilidade da Lei 10.639/03 o Colégio Estadual Liceu de Goiânia deve primeiro capacitar todos os professores que não tem preparo para trabalhar de acordo com os termos da lei, pois está é vista por alguns docentes como empecilho em suas aulas. A Cultura Afro-Brasileira e Africana não deve ser restringida, possibilitando uma reflexão sobre o racismo, preconceito e discriminação racial.

A contribuição cultural deixada pelos negros para a humanidade é maravilhosa, cada professor do Colégio Estadual Liceu de Goiânia precisa fazer com que os alunos percebam e reflitam sobre isto, através de debates, aulas diversificadas, palestras, grupos de conscientização, etc., mas esse é o primeiro passo a ser dado para conscientização da valorização da cultura negra dentro do colégio. Esta mudança dará um novo animo a todos, principalmente para aqueles que sofreram preconceito e discriminação racial, pois a princípio contribuirá para construção de relações mais justas e iguais entre os alunos, afinal nenhum deles queria mais aquele sentimento de inferioridade.

Considerando a marca deixada pelo preconceito e discriminação racial, chego ao final desta pesquisa com a sensação de que poderia ter feito mais, se tivesse tempo gostaria de ir além com este projeto. Caso houvesse uma oportunidade futura gostaria de entrevistar os pais desses alunos que sofreram preconceito e discriminação racial e ver como é a vida deles em comunidade, se tais fatores podem influenciar a vida deles na escola.

Concluimos que o Colégio Estadual Liceu de Goiânia tem como função trabalhar a diversidade étnico racial, desconstruindo estereótipos e ainda formar cidadãos que sintam-se dignos e orgulhosos do seu próprio país, de sua cultura, valorizando a mesma. A ação educativa deverá se pautar em princípios básicos de igualdade e democracia, construindo uma convivência fraterna, minimizando em todas as dimensões o preconceito e a discriminação racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. p. 14.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Parte I – Bases legais. Brasília, 1999. p. 12

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra. Rio de Janeiro - RJ. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. Rio de Janeiro - RJ. 1987.

FREITAG, Bárbara. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura Negra e Educação**. In: Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago. nº 23, 2003.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de dezembro de 1996.

MUNANGA. Kabengele. **Negritude, usos e sentidos**. Editora Ática. 2 ed. 1988

MUNANGA, K. Apresentação. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15.

MUNANGA, K. Op. Cit., 2005. p. 15

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SILVA, Ana Célia Da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001, p 14; 16; 19; 51; 58.

SILVA, Ana Célia da Silva. **As transformações da representação social do negro no livro didático**. 2003. Disponível em: [HTTP: www.uneb.br/ascom/jmcnet/j07/j07cltm](http://www.uneb.br/ascom/jmcnet/j07/j07cltm).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Companhia das Letras. São Paulo – SP. 1993.

Universidade Federal de Goiás. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. **Curso de Educação para as relações Etnicorraciais** / Universidade Federal de Goiás. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. – Goiânia: FUNAPE/CIAR, 2010.1v.

Universidade Federal de Goiás. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. **Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental** / Universidade Federal de Goiás. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. – Goiânia: FUNAPE/CIAR, 2010. 2v. : il.

ANEXOS



**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu**

Idade: _____ Série: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

- 1. Você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação? Se sim, ocorreu aonde (na escola, no ônibus, na sala de aula na comunidade onde você mora)? Qual foi a sua primeira reação após o ocorrido?**

- 2. Ao sofrer preconceito e discriminação em sala de aula, qual atitude você espera do professor (a)?**

3. Como a questão racial e a identidade negra são trabalhadas (discutidas) em sua sala de aula?

4. Qual a melhor forma que a escola poderá utilizar para combater o preconceito em sua opinião?

5. Em sua opinião, o combate ao preconceito e discriminação pode influenciar na sua vida pessoal, em sua escola, em sua comunidade. Justifique.
